

CONTRATO CEDAE N.º 113 /2018 (DF)

que entre si celebram a **COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS – CEDAE** e a **PRIORI SERVIÇOS E SOLUÇÕES, CONTABILIDADE EIRELI**.

A **COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS (CEDAE)**, sociedade de economia mista, com sede nesta Cidade, na Av. Presidente Vargas, 2655, Cidade Nova, CEP 20.210-030, registrada na JUCERJA sob o n.º 5.000, em 14 de agosto de 1975, inscrita no CNPJ sob o n.º 33.352.394/0001-04, por meio de seus diretores ao final assinados, Diretor-Presidente, Sr. JORGE LUIZ FERREIRA BRIARD, e Diretor Administrativo-Financeiro e de Relações com Investidores, Sr. HÉLIO CABRAL MOREIRA, doravante denominada **CEDAE**, e a **PRIORI SERVIÇOS E SOLUÇÕES, CONTABILIDADE EIRELI**, com sede na Avenida Conselheiro Carrão, nº 1861, conjunto 35, Vila Carrão, São Paulo – SP, CEP: 03.403-001, inscrita no CNPJ sob o n.º 11.385.969/0001-44, neste ato por meio de seu Titular, Sr. GALILEU DOMINGUES DE BRITO FILHO, portador da cédula de identidade nº 11.176.176-1 SSP-SP, inscrito no CPF sob nº 251.341.768-25, residente e domiciliado à Rua Evangelina, nº 1528, Bairro VI Carrão, São Paulo/SP, CEP: 03421-000, daqui por diante denominada **CONTRATADA**, resolvem celebrar o presente Contrato de Prestação de Serviços, com fundamento no **Processo Administrativo nº E-07/100.255/2017**, mediante **Pregão Eletrônico nº 339/2017 (ASL-DP)**, que se regerá pelas normas da Lei Federal nº 10.520, de 17/07/2002, pelo Decreto Estadual nº 31.864 de 2002, com a aplicação subsidiária da Lei Federal nº 8.666 de 1993, com as alterações resultantes da Lei Federal nº 8.883/94 e da Lei Federal nº 9.648/98, pela Lei Estadual nº 287, de 04/12/79, Decreto Estadual nº 3.149/80, Lei Complementar nº 123/2006, e pelo instrumento convocatório, aplicando-se a este contrato suas disposições irrestrita e incondicionalmente, bem como pelas cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

A **CONTRATADA** obriga-se a executar, para a **CEDAE**, a "**CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE AUDITORIA INDEPENDENTE PARA ELABORAÇÃO DE RELATÓRIO SOBRE PROJETO FINANCIADO COM RECURSOS DO BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO – BID**", obedecendo aos itens, subitens e Anexos do Edital de Licitação por **Pregão Eletrônico nº 339/2017**, que integra o presente Contrato, ainda que neste não transcrito, bem como todas as instruções fornecidas pela **CEDAE** e, no que couber, as disposições legais e regulamentares em vigor, especialmente as normas relacionadas com execução, fiscalização, aceitação, penalidades, rescisão contratual e pagamentos, estabelecidas neste contrato.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PRAZO

O prazo de vigência do contrato será de **03 (três) meses** contados a partir do dia seguinte da autorização expressa expedida pela **CEDAE** (Ordem de Início), que será emitida após a publicação do extrato do instrumento contratual no Diário Oficial.

Parágrafo Único - O prazo acima poderá ser revisto nas hipóteses e na forma do Parágrafo 1º, do Art. 57, da Lei Federal nº 8.666/93.



CLAUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DA CEDAE

Constituem obrigações da **CEDAE**: realizar os pagamentos devidos à **CONTRATADA**, nas condições estabelecidas neste contrato; fornecer à **CONTRATADA** documentos, informações e demais elementos que possuir, pertinentes à execução do presente contrato; exercer a fiscalização do contrato; receber provisória e definitivamente o objeto do contrato nas formas definidas.

CLÁUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

A **CONTRATADA** deverá conduzir os serviços de acordo com as normas e com estrita observância do Edital, da Proposta de Preços e da legislação vigente.

Parágrafo Primeiro - A **CONTRATADA** deverá prover os serviços ora contratados, com pessoal adequado e capacitado em todos os níveis de trabalho, devidamente aprovado pela **CEDAE**, mantendo no local dos serviços, preposto para prover o que disser respeito à regular execução dos serviços.

Parágrafo Quarto - Será obrigação da **CONTRATADA** manter durante toda a execução do CONTRATO, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, conforme Art. 55, inciso XIII da Lei 8.666/93, modificada pela Lei 8.883/94.

Parágrafo Quinto - A **CONTRATADA** deverá prestar sem quaisquer ônus para a CEDAE, os serviços necessários à correção e revisão de falhas ou defeitos verificados no trabalho, sempre que a ela imputáveis;

Parágrafo Sexto - A **CONTRATADA** deverá responder pelos serviços que executar, na forma do ato convocatório e da legislação aplicável.

Parágrafo Sétimo - Iniciar e concluir os serviços nos prazos estipulados;

Parágrafo Oitavo - A **CONTRATADA** se obriga, especificamente, a aceitar nas mesmas condições contratuais o prescrito nos parágrafos 1º e 2º do Art. 65 (sessenta e cinco) da Lei 8.666/93 e suas alterações, quanto aos acréscimos ou supressões que se fizerem nas obras, serviços ou compras, até os limites nela estabelecidos.

Parágrafo Nono - Cumprir todas as obrigações e encargos sociais trabalhistas e demonstrar o seu adimplemento, na forma da cláusula oitava (DA RESPONSABILIDADE);

Parágrafo Décimo - A **CONTRATADA** deverá, na forma do disposto na Lei Estadual nº 7.258, de 12/04/2016, preencher os postos de trabalho com pessoas portadores de deficiência ou necessidades especiais, respeitando o contido no art. 7º, inciso XXXI, da Constituição Federal, na seguinte proporção indicada no art. 93, da Lei nº. 8.213, de 24/07/1991:

- I - de cem a duzentos postos de trabalho, 2% (dois por cento);
- II - de duzentos e um a quinhentos postos de trabalho, 3% (três por cento);
- III - de quinhentos e um a mil postos de trabalho, 4% (quatro por cento);
- IV - mais de mil postos de trabalho, 5% (cinco por cento).

CLÁUSULA QUINTA - DA DOTACÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas com a execução do presente contrato correrão à conta das seguintes dotações orçamentárias, para o corrente exercício de **2018**, assim classificados:

Centro de Custos: DF00000000
Fonte de Recursos: 10



Av. Presidente Vargas, nº 2.655. Cidade Nova. Rio de Janeiro. CEP 20.210-030
www.cedae.com.br



Código Orçamentário: 33903501
Programa de Trabalho: 2200022016
Conta Contábil: 411110304
ID da Reserva Orçamentária: 2018000783

Parágrafo Único - As despesas relativas aos exercícios subsequentes correrão por conta das dotações orçamentárias respectivas, devendo ser empenhadas no início de cada exercício.

CLÁUSULA SEXTA - VALOR DO CONTRATO

Ao presente contrato, em regime de empreitada por preço global, é atribuído o valor total de **R\$ 52.000,00 (cinquenta e dois mil reais)** com preço base no mês da Estimativa Orçamentária.

Parágrafo Primeiro - No preço ajustado na cláusula anterior já se encontram incluídos todos os custos diretos e indiretos, todos os encargos, os quais correrão exclusivamente por conta e responsabilidade da **CONTRATADA**, todos os tributos, inclusive os referentes às legislações fiscal, tributária e trabalhista, e quaisquer outras despesas necessárias à execução dos serviços.

Parágrafo Segundo - O valor dos serviços será irrevogável durante toda a vigência do contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA EXECUÇÃO, DO RECEBIMENTO E DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

O contrato deverá ser executado fielmente, de acordo com as cláusulas avençadas, nos termos do instrumento convocatório e da legislação vigente, respondendo o inadimplente pelas consequências da inexecução total ou parcial.

Parágrafo Primeiro - A execução do contrato será acompanhada e fiscalizada por comissão constituída de 3 (três) membros, devidamente habilitados, designados pelo Diretor Presidente da CEDAE. Deverão ser obedecidas toda e qualquer orientação da referida Comissão, durante toda a execução dos serviços.

Parágrafo Segundo - O objeto do contrato será recebido em tantas parcelas quantas forem ao do pagamento, na seguinte forma:

a) provisoriamente, pela comissão a que se refere o parágrafo segundo, a qual verificará quanto ao cumprimento de todas as cláusulas contratuais, emitindo parecer circunstanciado, assinado pelas partes, que deverá ser elaborado no prazo de 15 (quinze) dias após a entrega do serviço;

a.1 - A emissão do Termo de Aceitação Provisória, ocorrerá antes da liberação do pagamento da última parcela prevista no cronograma físico-financeiro do contrato, observando-se os seguintes procedimentos:

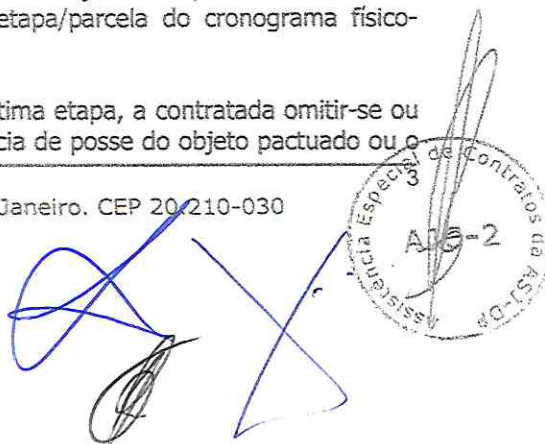
a.2 - A empresa contratada deverá comunicar à **CEDAE**, por meio de carta redigida em papel timbrado, que o objeto pactuado se encontra em condições de ter a sua posse transferida ou o resultado dos serviços executados entregues, mesmo que aquela entenda que existam ressalvas quanto ao cumprimento das obrigações contratuais por parte da **CEDAE**.

a.3 - As ressalvas deverão ser consignadas na citada carta e esta será encaminhada à **CEDAE** juntamente com a fatura relativa à última medição realizada do contrato e os documentos exigidos no contrato para a realização do pagamento. A Comissão de fiscalização não poderá conceder à contratada o recibo simplificado de adimplemento da última etapa/parcela do cronograma físico-financeiro se não estiver acompanhada da respectiva carta.

a.4 - Se após 10 (dez) dias contados a partir da conclusão da última etapa, a contratada omitir-se ou recusar-se em realizar a comunicação da condição de transferência de posse do objeto pactuado ou o



Av. Presidente Vargas, nº 2.655. Cidade Nova. Rio de Janeiro. CEP 20.210-030
www.cedae.com.br



Assistência Especial de Contratos na AS-1-04
A-16-2

resultado dos serviços executados à **CEDAE**, o Gerente do Contrato deverá notificá-la, por meio de carta registrada com aviso de recebimento, sobre a obrigação de manifestar-se pela efetiva comunicação, informando acerca do inadimplemento de sua obrigação e da consequente suspensão do prazo para pagamento.

a.5 - Persistindo a recusa da contratada em se manifestar, por meio de carta redigida em papel timbrado, quanto à notificação recebida, o prazo de pagamento referente última fatura ficará suspenso.

a.6 - Será considerado "adimplemento" a conclusão, pela contratada, de cada etapa (ou parcela) prevista no cronograma físico-financeiro acompanhada da apresentação de todos os documentos exigidos no contrato para a realização do correspondente pagamento.

a.7 - Representante da **CEDAE**, após a conclusão de cada etapa/parcela, e no momento da apresentação de todos os documentos necessários ao pagamento da despesa, fornecerá à contratada recibo simplificado, com a listagem dos documentos recebidos. Na ausência de qualquer documento exigido no contrato, não será fornecido o referido recibo.

a.8 - De imediato, o representante da **CEDAE** encaminhará os documentos recebidos à Comissão de Fiscalização do Contrato, para que esta, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da entrega do recibo à contratada, verifique a veracidade e a correção das informações neles contidas e, se for o caso, efetive a atestação da fatura. Qualquer incorreção nos documentos apresentados pela contratada ensejará a suspensão do prazo para pagamento da fatura pela Comissão de Fiscalização.

a.9 - A veracidade e a correção das informações contidas nos comprovantes de recolhimento de tributos e contribuições sociais serão verificadas no setor de Contas a Pagar da **CEDAE** quando do encaminhamento da fatura para pagamento.

a.10 - Caberá a Comissão de Fiscalização do Contrato notificar a contratada quanto ao seu atraso nas providências necessárias à obtenção do adimplemento, fazendo-o ao menos uma vez, caso este supere 10 (dez) dias contados da conclusão da respectiva etapa. As notificações feitas pela **CEDAE** poderão ocorrer de modo simplificado, por correspondência eletrônica (e-mail) ou carta, exceto na última etapa/parcela, deverão ser registradas no processo.

b) definitivamente, após parecer circunstanciado emitido por comissão designada para este fim, após decorrido o prazo de 90 (noventa) dias de observação e vistoria, contados a partir da data de emissão do parecer de que trata a alínea anterior, que comprove o exato cumprimento das obrigações contratuais.

b.1 - A empresa contratada, após assinatura do Termo de Aceitação Provisória, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, deverá solicitar à **CEDAE**, por meio de carta redigida em papel timbrado, que o objeto pactuado seja aceito definitivamente.

b.2.- De igual modo, a contratada deverá apresentar declaração de que a **CEDAE** possui ou não pendências de pagamento, dando-lhe a quitação financeira do contrato.

b.3 - No caso de omissão ou recusa da contratada em solicitar à **CEDAE** a Aceitação Definitiva do objeto contratado, o Gerente do Contrato deverá notificá-la, por meio de carta registrada com aviso de recebimento, sobre a necessidade de manifestar-se pela efetiva solicitação em no máximo 15 (quinze) dias, contados a partir do recebimento da notificação.

b.4 - Persistindo a recusa da contratada em se manifestar, por meio de carta redigida em papel timbrado, quanto à notificação recebida, o Gerente do Contrato reterá a Garantia Contratual, se houver.

b.5 - Compete ao Gerente do Contrato, quando couber, o acompanhamento e o controle dos prazos



[Handwritten signature]
[Handwritten signature]
[Handwritten signature]
[Circular stamp: Assessoria Especializada em Contratos da ASJ-DP]
[Handwritten: A/C-2]

de vencimentos das apólices de seguro-garantia ou carta de fiança correspondente às garantias contratuais apresentadas pela contratada.

b.6 - A inobservância do item anterior poderá ensejar apuração de responsabilidade, caso a perda da garantia contratual resulte em prejuízos para a **CEDAE**.

Parágrafo Terceiro - O representante da **CEDAE**, sob pena de ser responsabilizado administrativamente, anotar em registro próprio as ocorrências relativas à execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados. No que exceder à sua competência, comunicará o fato à autoridade superior, em 10 (dez) dias, para ratificação.

Parágrafo Quarto - A **CONTRATADA** declara, antecipadamente, aceitar todas as condições, métodos e processos de inspeção, verificação e controle adotados pela fiscalização, obrigando-se a lhes fornecer todos os dados, elementos, explicações, esclarecimentos e comunicações de que este necessitar e que forem julgados necessários ao desempenho de suas atividades.

Parágrafo Quinto - A instituição e a atuação da fiscalização do serviço objeto do contrato não exclui ou atenua a responsabilidade da **CONTRATADA**, nem a exime de manter fiscalização própria.

Parágrafo Sexto - A execução dos serviços terá início a partir do dia seguinte da autorização expressa expedida pela **CEDAE** (Ordem de Início).

Parágrafo Sétimo - Não será admitida a cessão ou sub-rogação dos serviços contratados. A subcontratação será admitida somente por motivo de fato superveniente e mediante aprovação prévia e expressa da **CEDAE**.

Parágrafo Oitavo - A **CONTRATADA** compromete-se em atender todas as determinações da Fiscalização da **CEDAE**.

Parágrafo Nono - A Fiscalização da execução dos serviços caberá à **CEDAE**, através de prepostos por ela indicados, o que não eximirá a **CONTRATADA** de sua total e indivisível responsabilidade.

Parágrafo Décimo - Na forma da Lei Estadual nº 7.258, de 2016, se procederá a fiscalização do regime de cotas de que trata o parágrafo oitavo da Cláusula Quarta do Contrato, realizando a verificação no local do cumprimento da obrigação assumida no contrato.

CLÁUSULA OITAVA - DA RESPONSABILIDADE

A **CONTRATADA** é responsável por danos causados à **CEDAE** ou a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade pela presença de fiscalização ou pelo acompanhamento da execução por órgão da Administração.

Parágrafo Primeiro - A **CONTRATADA** é responsável por encargos trabalhistas, inclusive decorrentes de acordos, dissídios e convenções coletivas, previdenciários, fiscais e comerciais oriundos da execução do contrato, podendo a **CEDAE**, a qualquer tempo, exigir a comprovação do cumprimento de tais encargos.

Parágrafo Segundo - A **CONTRATADA** se obriga a cumprir as determinações da Lei nº 6514 de 22 de dezembro de 1977 e da Portaria nº 3214 de 08 de julho de 1978 e suas Portarias Modificadoras, que aprovam as Normas Regulamentadoras do Capítulo V, título II, da CLT, relativas a Segurança e Medicina do Trabalho.

Parágrafo Terceiro - A contratada será obrigada a reapresentar a Certidão Negativa de Débito e Tributos e Contribuições Federais, que abrange, inclusive, as contribuições sociais previstas nas alíneas "a" a "d", do parágrafo único, do art. 11, da Lei nº 8.212, de 1991, do Certificado de Regularidade do FGTS (CRF), assim como a certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT) ou das



respectivas certidões positivas com efeito de negativas, sempre que expirados os prazos de validade.

Parágrafo Quarto - A ausência da apresentação dos documentos mencionados no Parágrafo Terceiro ensejará a imediata expedição de notificação à **CONTRATADA**, assinalando o prazo de 10 (dez) dias para a cabal demonstração do cumprimento das obrigações trabalhistas e previdenciárias e para a apresentação de defesa, no mesmo prazo, para eventual aplicação da penalidade de advertência, na hipótese de descumprimento total ou parcial destas obrigações no prazo assinalado.

Parágrafo Quinto - Permanecendo a inadimplência total ou parcial o contrato será rescindido.

Parágrafo Sexto - No caso do parágrafo quinto, será expedida notificação à **CONTRATADA** para apresentar prévia defesa, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, para dar início ao procedimento de rescisão contratual e de aplicação da penalidade de suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, pelo prazo de 1 (um) ano.

CLÁUSULA NONA - CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

Os pagamentos devidos em decorrência da execução dos serviços objeto deste Contrato serão efetuados em 3 (três) parcelas, mediante crédito em conta bancária mantida pela **CONTRATADA** no Banco Bradesco S.A., cujo número e agência deverão ser informados no Formulário Solicitação de Cadastro de Credor, conforme Anexo VIII deste edital.

Parágrafo Primeiro - No caso do licitante vencedor estar estabelecido em localidade que não possua agência da instituição financeira contratada pelo Estado ou caso verificada pela **CEDAE** a impossibilidade de o licitante, em razão da negativa expressa da instituição financeira contratada pelo Estado, abrir ou manter conta corrente naquela instituição financeira, o pagamento poderá ser feito mediante crédito em conta corrente de outra instituição financeira. Nesse caso, eventuais ônus financeiros e/ou contratuais adicionais serão suportados exclusivamente pela futura contratada.

Parágrafo Segundo - Os pagamentos devidos pela **CEDAE** à **CONTRATADA** somente serão autorizados após a declaração de recebimento da execução do objeto, mediante atestação, na forma do art. 90, § 3º, da Lei nº 287/79.

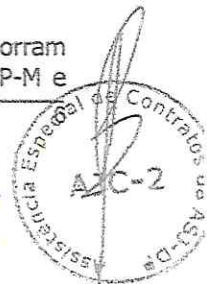
Parágrafo Terceiro - O pagamento das faturas, acompanhadas do documento de cobrança, será efetuado pela CEDAE no 30º (trigésimo) dia, após a data final do período de adimplemento de cada parcela, mediante demonstração pela contratada do cumprimento das obrigações sociais e trabalhistas, devendo a fatura ser aceita (atestada) ou recusada no máximo em 03 (três) dias pela fiscalização, após a apresentação da mesma.

Parágrafo Quarto - A demonstração do cumprimento das obrigações sociais e trabalhistas consiste na apresentação Certidão Negativa de Débito e Tributos e Contribuições Federais, que abrange, inclusive, as contribuições sociais previstas nas alíneas "a" a "d", do parágrafo único, do art. 11, da Lei nº 8.212, de 1991, do Certificado de Regularidade do FGTS (CRF), assim como a certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT) ou das respectivas certidões positivas com efeito de negativas, sempre que expirados os prazos de validade.

Parágrafo Quinto - Satisfeitas as obrigações previstas nos Parágrafos Terceiro e Quarto, o prazo para pagamento será de 30 (trinta) dias, contados a partir da data da entrega do documento de crédito, isento de erros, à Comissão de Fiscalização.

Parágrafo Sexto - Caso se faça necessária a reapresentação de qualquer fatura por culpa da contratada, o prazo de 30 (trinta) dias ficará suspenso, prosseguindo a sua contagem a partir da data da respectiva reapresentação.

Parágrafo Sétimo - Os pagamentos eventualmente realizados com atraso, desde que não decorram de ato ou fato atribuível à contratada, sofrerão a incidência de atualização financeira pelo IGP-M e



juros moratórios de 0,5% ao mês, calculado pro rata die, e aqueles pagos em prazo inferior ao estabelecido neste edital serão feitos mediante desconto de 0,5% ao mês pro rata die.

Parágrafo Oitavo - Na forma da Lei Estatual nº 7.258, de 2016, caso a contratada não esteja aplicando o regime de cotas de que trata o parágrafo décimo da cláusula quarta da Minuta de Contrato, suspender-se-á o pagamento devido, até que seja sanada a irregularidade apontada pelo órgão de fiscalização do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO

O presente contrato poderá ser alterado, com as devidas justificativas, desde que por força de circunstância superveniente, nas hipóteses previstas no artigo 65, da Lei nº 8.666/93, mediante termo aditivo.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA RESCISÃO

O presente contrato poderá ser rescindido por ato unilateral da **CEDAE**, pela inexecução total ou parcial de suas cláusulas e condições, nos termos dos artigos 77 e 80 da Lei nº 8.666/93, sem que caiba à **CONTRATADA** direito a indenizações de qualquer espécie.

Parágrafo Primeiro - A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão, com as consequências contratuais e as previstas em lei ou regulamento, cabendo à Administração o reconhecimento de seus direitos em caso de rescisão administrativa, conforme Art. 55, inciso IX e Art. 77 da Lei 8.666/93, modificada pela Lei 8.883/94.

Parágrafo Segundo - O não cumprimento de cláusulas contratuais; a falência; a cessão; a subcontratação parcial ou total dos serviços sem prévia autorização escrita da CEDAE, constituem causas para rescisão do contrato, de acordo com o Art. 78 da Lei 8.666/93, modificada pela Lei 8.883/94.

Parágrafo Terceiro - A rescisão de que tratam os artigos 77 e 78, I a XII e XVII, da Lei 8.666/93, modificada pela Lei 8.883/94, se opera por ato unilateral da **CEDAE** (Art. 79, inciso I) sem que caiba à **CONTRATADA**, em hipótese alguma ou a qualquer título, direito à indenização a não ser o pagamento das parcelas realmente executadas e aprovadas pela Fiscalização da **CEDAE**.

Parágrafo Quarto - Não havendo culpa da **CONTRATADA** para a ocorrência da rescisão, fará ela jus ao ressarcimento dos prejuízos regularmente comprovados, de conformidade com o parágrafo 2º do Art. 79 da Lei 8.666/93, modificada pela Lei 8.883/94.

Parágrafo Quinto - Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo administrativo, assegurado a **CONTRATADA** o direito ao contraditório e a prévia e ampla defesa.

Parágrafo Sexto - A declaração de rescisão deste contrato, independentemente da prévia notificação judicial ou extrajudicial, operará seus efeitos a partir da publicação em Diário Oficial.

Parágrafo Sétimo - Na hipótese de rescisão do contrato, além das demais sanções administrativas cabíveis, ficará a **CONTRATADA** sujeita à multa de 10% (dez por cento) incidente sobre o saldo reajustado dos serviços não executados, sem prejuízo da retenção de créditos, e das perdas e danos que forem apurados.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS E DEMAIS PENALIDADES

Parágrafo Primeiro - A inexecução dos serviços, total ou parcial, a execução imperfeita, a mora na execução ou qualquer inadimplemento ou infração contratual, sujeitará o contratado, sem prejuízo da



responsabilidade civil ou criminal que couber, às seguintes penalidades, que deverá(ão) ser graduada(s) de acordo com a gravidade da infração:

- a) advertência;
- b) multa administrativa;
- c) suspensão temporária da participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração Pública Estadual Direta e Indireta;
- d) declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública em geral, assim considerados todos os Entes Federativos.

Parágrafo Segundo - A sanção administrativa deve ser determinada de acordo com a natureza e a gravidade da falta cometida.

- a) Quando a penalidade envolver prazo ou valor, a natureza e a gravidade da falta cometida também deverão ser considerados para a sua fixação.

Parágrafo Terceiro - A imposição das penalidades é de competência exclusiva da **CEDAE**.

- a) a advertência e a multa, previstas nas alíneas "a" e "b", do caput desta cláusula, serão impostas pelo Ordenador de Despesa, na forma do art. 35, parágrafo único do Decreto Estadual nº 3.149/80.
- b) a suspensão temporária do direito de licitar e impedimento de contratar com a Administração Pública Estadual Direta e Indireta, prevista na alínea "c", será imposta pelo Presidente desta Companhia, na forma do art. 35, parágrafo único do Decreto Estadual nº 3.149/80.
- c) a aplicação da sanção prevista na alínea "d", é de competência exclusiva do Secretário de Estado do Ambiente.

Parágrafo Quarto - A multa administrativa, prevista na alínea b, do Parágrafo Primeiro:

- a) corresponderá, individualmente, ao percentual de até 5% (cinco por cento) calculado sobre o valor do Contrato, aplicada de acordo com a gravidade da infração cometida;
- b) deverá, nas reincidências específicas, corresponder ao dobro do valor da que tiver sido inicialmente imposta, observando-se sempre o limite de 20% (vinte por cento) do valor do contrato, conforme preceitua o artigo 87 do Decreto Estadual nº 3.149/80.
- c) poderá ser aplicada cumulativamente a qualquer outra penalidade;
- d) não tem caráter compensatório, não se confundindo, portanto, com as multas por atraso e por inadimplemento contratual, que poderão ser aplicadas cumulativamente à multa administrativa;

Parágrafo Quinto - A suspensão temporária da participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração Pública Estadual Direta e Indireta, prevista na alínea c, do Parágrafo Primeiro, observará o seguinte:

- a) não poderá ser aplicada em prazo superior a 2 (dois) anos;
- b) sem prejuízo de outras hipóteses, deverá ser aplicada quando o adjudicatário faltoso, sancionado com multa, não realizar o depósito do respectivo valor, no prazo devido.
- c) será aplicada, pelo prazo de 1 (um) ano, conjuntamente à rescisão contratual, no caso de descumprimento total ou parcial do objeto, configurando inadimplemento, na forma prevista no



parágrafo sexto, da cláusula oitava.

Parágrafo Sexto - A declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração, prevista na alínea d, do Parágrafo Primeiro, perdurará pelo tempo em que os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, *que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração Pública pelos prejuízos causados.*

a) A reabilitação poderá ser requerida após 2 (dois) anos de sua aplicação.

Parágrafo Sétimo - O atraso injustificado no cumprimento das obrigações contratuais sujeitará a **CONTRATADA** à multa de mora de 1% (um por cento) por dia útil que exceder o prazo estipulado, a incidir sobre o saldo não atendido do contrato, respeitado o limite do art. 412 do Código Civil, sem prejuízo da possibilidade de rescisão unilateral, com aplicação da multa por inadimplemento ou das sanções administrativas.

Parágrafo Oitavo - O valor das multas previstas na alínea b, do Parágrafo Primeiro e do Parágrafo Sétimo, aplicadas cumulativamente ou de forma independente, será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou cobrado judicialmente.

Parágrafo Nono - A aplicação de sanção não exclui a possibilidade de rescisão administrativa do Contrato, garantido o contraditório e a defesa prévia.

Parágrafo Décimo - A aplicação de qualquer sanção será antecedida de intimação do interessado que indicará a infração cometida, os fatos e os fundamentos legais pertinentes para a aplicação da penalidade, assim como a penalidade que se pretende imputar e o respectivo prazo e/ou valor, se for o caso.

a) Ao interessado será garantido o contraditório e a defesa prévia.

b) A intimação do interessado deverá indicar o prazo e o local para a apresentação da defesa.

b.1) A defesa prévia do interessado será exercida no prazo de 5 (cinco) dias úteis, no caso de aplicação das penalidades previstas nas alíneas a, b e c, do Parágrafo Primeiro, e no prazo de 10 (dez) dias, no caso da alínea d, do mesmo parágrafo.

c) Será emitida decisão conclusiva sobre a aplicação ou não da sanção, pela autoridade competente, devendo ser apresentada a devida motivação, com a demonstração dos fatos e dos respectivos fundamentos jurídicos.

Parágrafo Décimo Primeiro - Os licitantes, adjudicatários e contratados que forem penalizados com as sanções de suspensão e impedimento, previstas na alínea "c" do caput desta cláusula, ficarão impedidos de contratar especificamente com a **CEDAE**, enquanto os penalizados com a declaração de inidoneidade, prevista na alínea "d", ficarão impedidos de contratar com a Administração Pública, direta e indireta, de todos os demais Entes Federativos, e isso enquanto perdurarem os efeitos da respectiva penalidade.

Parágrafo Décimo Segundo - As penalidades serão registradas pela **CEDAE** no seu Cadastro de Fornecedores e comunicadas à Subsecretaria de Recursos Logísticos da SEPLAG.

Parágrafo Décimo Terceiro - Após o registro mencionado no parágrafo acima, deverá ser remetido para a Coordenadoria de Cadastros da Subsecretaria de Recursos Logísticos da SEPLAG o extrato de publicação no Diário Oficial do Estado do ato de aplicação das penalidades citadas na alínea "d" do caput desta cláusula, de modo a possibilitar a formalização da extensão dos seus efeitos para todos os órgãos e entidades da Administração Pública em geral.

Parágrafo Décimo Quarto - Dentre outras hipóteses, a pena de advertência será aplicada na hipótese de não apresentação da documentação exigida no parágrafo terceiro da Cláusula Oitava, no prazo de 10 (dez) dias da sua exigência, o que configura a mora.

Parágrafo Décimo Quinto - Será aplicada a penalidade de suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, conjuntamente à rescisão contratual, no caso de descumprimento total ou parcial do objeto, configurado inadimplemento.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: EXTINÇÃO UNILATERAL DO CONTRATO

A **CEDAE** poderá denunciar o contrato por motivo de interesse público ou celebrar, amigavelmente, o seu distrato na forma da lei; a rescisão, por inadimplemento das obrigações da **CONTRATADA** poderá ser declarada unilateralmente após garantido o devido processo legal, mediante decisão motivada.

Parágrafo Primeiro - A denúncia e a rescisão administrativa deste contrato, em todos os casos em que admitidas, independem de prévia notificação judicial ou extrajudicial e operarão seus efeitos a partir da publicação do ato no Diário Oficial do Estado.

Parágrafo Segundo - Na hipótese de rescisão administrativa, além das demais sanções cabíveis, a **CEDAE** poderá: a) reter, a título de compensação, os créditos devidos à contratada e cobrar as importâncias por ela recebidas indevidamente; b) cobrar da contratada multa de 10% (dez por cento), calculada sobre o saldo reajustado dos serviços não executados e; c) cobrar indenização suplementar se o prejuízo for superior ao valor da multa.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: DO RECURSO AO JUDICIÁRIO

As importâncias decorrentes de quaisquer penalidades impostas à **CONTRATADA**, inclusive as perdas e danos ou prejuízos que a execução do contrato tenha acarretado, quando superiores à garantia prestada ou aos créditos que a **CONTRATADA** tenha em face da **CEDAE**, que não comportarem cobrança amigável, serão cobrados judicialmente.

Parágrafo Único - Caso a **CEDAE** tenha de recorrer ou comparecer a juízo para haver o que lhe for devido, a **CONTRATADA** ficará sujeito ao pagamento, além do principal do débito, da pena convencional de 10% (dez por cento) sobre o valor do litígio, dos juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, despesas de processo e honorários de advogado, estes fixados, desde logo em 20% (vinte por cento) sobre o valor em litígio.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA: EXCEÇÃO DE INADIMPLEMENTO

Constitui cláusula essencial do presente contrato, de observância obrigatória por parte da **CONTRATADA**, a impossibilidade, perante a **CEDAE**, de opor, administrativamente, exceção de inadimplemento, como fundamento para a interrupção unilateral do serviço.

Parágrafo Primeiro - É vedada a suspensão do contrato a que se refere o art. 78, XV da Lei 8.666/93, pela **CONTRATADA**, sem prévia autorização judicial.

Parágrafo Segundo - A suspensão do contrato, a que se refere o art. 78, XIV, da Lei nº 8.666/93, se não for objeto de prévia autorização da Administração, de forma a não prejudicar a continuidade dos serviços públicos, deverá ser requerida judicialmente, mediante demonstração dos riscos decorrentes da continuidade da execução do contrato, sendo vedada a sua suspensão por decisão unilateral da **CONTRATADA**.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DA PUBLICAÇÃO E CONTROLE DO CONTRATO

Após a assinatura do contrato deverá seu extrato ser publicado, no prazo de 20 (vinte) dias, no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro, correndo os encargos por conta da **CEDAE**, devendo ser encaminhado ao Tribunal de Contas do Estado para conhecimento, cópia do contrato no prazo de 15 dias contados após sua publicação, conforme da Deliberação TCE-RJ n. 280/2017.

Parágrafo Primeiro - O presente instrumento só terá validade após sua publicação no órgão de Divulgação Oficial do Estado do Rio de Janeiro.

Parágrafo Segundo - O extrato da publicação deverá conter a identificação do instrumento, partes, objeto, prazo, valor, data da assinatura, fundamento do ato.



Av. Presidente Vargas, nº 2.655. Cidade Nova. Rio de Janeiro. CEP 20.210-030
www.cedae.com.br



CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - EXIGÊNCIAS LEGALMENTE OBRIGATÓRIAS

A **CONTRATADA** indica como responsável pelos serviços, ora contratados, GALILEU DOMINGUES DE BRITO FILHO, Técnico em Contabilidade, portador da cédula de identidade nº 11.176.176-1 SSP-SP, inscrito no CRC sob o nº SP- 239880/O-6, CPF sob nº 251.341.768-25, que fica autorizado a representá-la, perante a **CEDAE**, em tudo que se relacionar à matéria dos serviços.

Parágrafo Primeiro - A **CONTRATADA** obriga-se a manter o profissional indicado na Cláusula anterior como Responsável na direção dos trabalhos até o final da sua execução. A substituição do Responsável Técnico poderá ser feita por outro, a juízo exclusivo da **CEDAE**, de igual lastro de experiência e capacidade.

Parágrafo Segundo - Para todos os fins de direito, obrigações e responsabilidades das partes, vinculam-se ao presente contrato a proposta de preços da contratada, o edital da licitação por **Pregão Eletrônico - 339/2017 - ASL-DP (Processo E-07/100.255/2017)** e todos os seus anexos, como se neles tivessem transcritos.


CLÁUSULA DÉCIMA NONA: DO FORO DE ELEIÇÃO


Fica eleito o Foro da Cidade do Rio de Janeiro, comarca da Capital, para dirimir qualquer litígio decorrente do presente contrato que não possa ser resolvido por meio amigável, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem assim acordes em todas as condições e cláusulas estabelecidas neste contrato, firmam as partes o presente instrumento em 3 (três) vias de igual forma e teor, depois de lido e achado conforme, em presença de testemunhas abaixo firmadas.

Rio de Janeiro 28 de Agosto de 2018.

Pela **CEDAE**:


JORGE LUIZ FERREIRA BRIARD
Diretor Presidente


HELIO CABRAL MOREIRA
Diretor Administrativo-Financeiro e de Relações com Investidores

Pela **CONTRATADA**:


GALILEU DOMINGUES DE BRITO FILHO
Titular

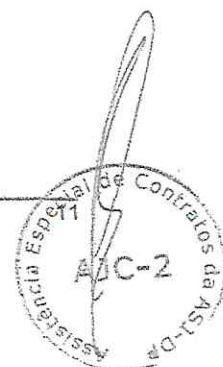
TESTEMUNHAS:


Galileu D. Brito Filho
CPF 251.341.768-25
RG: 11.176.176-1
CRC 19P239880/O-6
CRA: 72250

Nome: _____ RG: _____

Nome: _____ RG: _____

Ref. Contr-PRIORI-SERVICOS-E-SOLUCOES-auditoria-independente-para-elaboracao-de-relatorio-PE-339-2017-VBO



*INSTRUMENTO: Convênio nº 1-009/2018 (Termo de Cooperação nº 585/2017/434.18.9). PARTES: Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro - UENF, Petróleo Brasileiro S.A. - PETROBRAS, Fundação Norte Fluminense de Desenvolvimento Regional - FUNDE- NOR. OBJETO: União de esforços dos Participantes para o desenvolvimento do Projeto de P&D intitulado "Avaliação do efeito de faixas de dutos na conectividade da paisagem para a mastofauna e análise da eficiência da estrutura de travessia de fauna". RECURSOS: R\$ 3.200.210,60. PRAZO: 1.005 (hum mil e noventa e cinco) dias corridos a contar da data da assinatura deste instrumento. DATA DA ASSINATURA: 01.06.2018. FUNDAMENTO: Processo nº E-26/009/235/2018. *Omitido no D.O. de 21.06.2018.

*INSTRUMENTO: Convênio nº 1-010/2018 (Termo de Cooperação nº 585/2017/434.18.9). PARTES: Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro - UENF, Petróleo Brasileiro S.A. - PETROBRAS, Fundação Norte Fluminense de Desenvolvimento Regional - FUNDE- NOR. OBJETO: União de esforços dos Participantes para o desenvolvimento do Projeto de P&D intitulado "Testes de Injeção em Projetos de Recuperação Avançada de Petróleo". RECURSOS: R\$ 8.206.725,42. PRAZO: 1.400 (hum mil quatrocentos e sessenta) dias corridos a contar da data da assinatura deste instrumento. DATA DA ASSINATURA: 01.06.2018. FUNDAMENTO: Processo nº E-26/009/439/2018. *Omitido no D.O. de 13.08.2018.

Id: 2130014

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO EXTRATO DE INSTRUMENTO CONTRATUAL

INSTRUMENTO: Contrato nº 24/2018. PARTES: UERJ e Tekno Sistemas de Engenharia LTDA. OBJETO: Prestação de serviços técnicos contínuos de apoio a projetos, operação, manutenção preventiva e corretiva predial, sistemas de expansão indireta e direta de condicionadores de ar, de câmaras frigoríficas e mortuários. PRAZO: 12 meses, contados a partir da data de início dos serviços. VALOR: R\$ 12.318.000,00. NÚMERO DO EMPENHO: 2018/002172. RESPONSÁVEL: Cláudia Maria Lóia do Nascimento, matr.: 5.524-4. NOMEAÇÃO: Portaria nº 34/DAF/2018. DATA DA ASSINATURA: 28/08/2018. FUNDAMENTO DO ATO: Proc. nº E-26/009/362/2018.

EXTRATO DE TERMO

INSTRUMENTO: Permissão de uso nº 01/2018. PARTES: UERJ e a Romê e Ana Comércio De Alimentos LTDA. OBJETO: Permissão de uso de bem imóvel para empresa especializada na execução de serviços na área de coleta, entrega, manutenção preventiva e corretiva predial, sistemas de expansão indireta e direta de condicionadores de ar, de câmaras frigoríficas e mortuários. PRAZO: 12 meses, contados a partir da data de início dos serviços. VALOR: R\$ 12.318.000,00. NÚMERO DO EMPENHO: 2018/002172. RESPONSÁVEL: Cláudia Maria Lóia do Nascimento, matr.: 5.524-4. NOMEAÇÃO: Portaria nº 34/DAF/2018. DATA DA ASSINATURA: 28/08/2018. FUNDAMENTO DO ATO: Proc. nº E-26/009/362/2018.

Id: 2129824

FUNDAÇÃO DE APOIO À ESCOLA TÉCNICA ESCOLA TÉCNICA ESTADUAL VISCONDE DE MAUÁ EDITAIS

O DIRETOR DA ESCOLA TÉCNICA ESTADUAL VISCONDE DE MAUÁ, nos termos da Portaria FAETEC/PR nº 163, de 14 de abril de 2004, publicada no D.O. de 29/04/2004, torna pública a relação nominal de alunos que concluíram o Curso de ENSINO MÉDIO, neste Estabelecimento de Ensino.

ENSINO MÉDIO - ANO: 1999
BRUNO DE SOUZA MACHADO

ENSINO MÉDIO - ANO: 2010
DEBORA SILVA DE CASTRO

ENSINO MÉDIO - ANO: 2012
FELIPE DA SILVA PACHECO

ENSINO MÉDIO - ANO: 2014
FRANCISCO GOMES DE OLIVEIRA NETO

O DIRETOR DA ESCOLA TÉCNICA ESTADUAL VISCONDE DE MAUÁ, nos termos da Portaria FAETEC/PR nº 163, de 14 de abril de 2004, publicada no D.O. de 29/04/2004, torna pública a relação nominal de alunos que concluíram o Curso de 2º GRAU, neste Estabelecimento de Ensino.

CURSO: 2º GRAU - AUXILIAR TÉCNICO EM ELETRÔNICA - ANO: 1981
PAULO ROBERTO DE OLIVEIRA QUIRINO

CURSO: 2º GRAU - TÉCNICO EM ELETRÔNICA - ANO: 1989
LUIZ CESAR PEREIRA FERRAZ

CURSO: 2º GRAU - AUXILIAR TÉCNICO EM ELETRÔNICA - ANO: 1990
CARLOS HENRIQUE PEREIRA DA SILVEIRA

CURSO: 2º GRAU - AUXILIAR TÉCNICO EM ELETRÔNICA - ANO: 1997
CRISTIANO MENDES DA SILVA

O DIRETOR DA ESCOLA TÉCNICA ESTADUAL VISCONDE DE MAUÁ, nos termos da Portaria FAETEC/PR nº 163, de 14 de abril de 2004, publicada no D.O. de 29/04/2004, torna pública o nome do aluno que concluiu o Curso de EDUCAÇÃO PROFISSIONAL TÉCNICA DE NÍVEL MÉDIO, INTEGRADA AO ENSINO MÉDIO, neste Estabelecimento de Ensino.

CURSO: TÉCNICO EM ELETRÔNICA - ANO: 2015
CAMILA MENDES ALVES

O DIRETOR DA ESCOLA TÉCNICA ESTADUAL VISCONDE DE MAUÁ, nos termos da Portaria FAETEC/PR nº 163, de 14 de abril de 2004, publicada no D.O. de 29/04/2004, torna pública o nome do aluno que concluiu o Curso de EDUCAÇÃO PROFISSIONAL TÉCNICA DE NÍVEL MÉDIO, SUBSEQUENTE AO ENSINO MÉDIO, neste Estabelecimento de Ensino.

CURSO: TÉCNICO EM MECÂNICA - ANO: 2015
PABLO VINÍCIUS BATISTA DE ANDRADE

O DIRETOR DA ESCOLA TÉCNICA ESTADUAL VISCONDE DE MAUÁ, nos termos da Portaria FAETEC/PR nº 163, de 14 de abril de 2004, publicada no D.O. de 29/04/2004, expede por este Estabelecimento de Ensino.

CURSO: 2º GRAU - DESENHISTA MECÂNICO - ANO: 1997
GABRIEL ALVES BASTOS

CURSO: ENSINO MÉDIO - ANO: 1999
PAULA ALVES VERGASTA

CURSO: TÉCNICO EM MECÂNICA - ANO: 2001
BRUNO DE SOUZA MACHADO

CURSO: TÉCNICO EM ELETROTÉCNICA - ANO: 2009
JUDSON MOREIRA DA OLIVEIRA

CURSO: ENSINO MÉDIO - ANO: 2010
DANIELA FERNANDES ALVES

CURSO: TÉCNICO EM ELETROMECÂNICA - ANO: 2010
DEBORA SILVA DE CASTRO

Id: 2130082

FUNDAÇÃO DE APOIO À ESCOLA TÉCNICA ASSESSORIA ESPECIAL EQUIPE DE PREGÃO ELETRÔNICO AVISO

A EQUIPE DE PREGÃO ELETRÔNICO DA FUNDAÇÃO DE APOIO À ESCOLA TÉCNICA torna público que, nos termos da Lei nº 10.520/02, do Decreto Estadual nº 31.854/2002 e da Lei Federal nº 8.666/93, fará realizar no Portal de Compras do Estado do Rio de Janeiro / SIGA as licitações, abaixo relacionadas, obrigatoriamente para ME e EPP.

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 010/2018.
TIPO: Menor Preço Global por Lote Único.
OBJETO: Aquisição de carluchos, originais, para as impressoras, com a finalidade de uso e consumo do setor técnico, nas Unidades de En-

sino da Rede FAETEC onde serão ministrados os cursos dentro do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego - PRONATEC.

LIMITE ACOLHIMENTO DAS PROPOSTAS: 17/09/2018, às 10h.
DATA DE ABERTURA E REALIZAÇÃO DO PREGÃO: 17/09/2018, às 11h.

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº E-26/005/100482/2018.

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 012/2018.

TIPO: Menor Preço Global por Lote Único.

OBJETO: Aquisição de insumos para o laboratório dos Cursos Técnico em Eletromecânica e Mecânica, para consumo e uso dos alunos matriculados nas Unidades de Ensino da Rede FAETEC, participantes do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego - PRONATEC.

LIMITE ACOLHIMENTO DAS PROPOSTAS: 17/09/2018, às 14h.
DATA DE ABERTURA E REALIZAÇÃO DO PREGÃO: 17/09/2018, às 15h.

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº E-26/005/2594/2017.

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 013/2018.

TIPO: Menor Preço Global por Lote Único.

OBJETO: Aquisição de insumos para oferta de lanches aos alunos do Sistema Prisional, matriculados dentro do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego - PRONATEC, nos cursos de qualificação profissional, sendo ministrados em suas Unidades Prisionais, em parceria com a FAETEC.

LIMITE ACOLHIMENTO DAS PROPOSTAS: 18/09/2018, às 10h.
DATA DE ABERTURA E REALIZAÇÃO DO PREGÃO: 18/09/2018, às 11h.
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº E-26/005/101023/2018.

Os Editais e seus Anexos estarão à disposição dos interessados, cadastrados no sistema eletrônico www.compras.rj.gov.br e no site da FAETEC www.faecet.rj.gov.br, onde poderão obter todas as informações sobre a Licitação. Maiores informações poderão ser solicitadas através do e-mail licitacao@faecet.rj.gov.br ou pelo telefone (021) 2332-4108 e 2332-4125.

Id: 2128785

FUNDAÇÃO DE APOIO À ESCOLA TÉCNICA ASSESSORIA ESPECIAL EQUIPE DE PREGÃO ELETRÔNICO AVISO

A EQUIPE DE PREGÃO ELETRÔNICO DA FUNDAÇÃO DE APOIO À ESCOLA TÉCNICA torna público que, nos termos da Lei nº 10.520/02, do Decreto Estadual nº 31.854/2002 e da Lei Federal nº 8.666/93, fará realizar no Portal de Compras do Estado do Rio de Janeiro / SIGA a licitação abaixo relacionada:

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 011/2018.

TIPO: Menor Preço Global por Lote Único.

OBJETO: Aquisição de formulário em papel moeda para expedição de Diplomas/Certificados de Ensino Médio Técnico e Curso FIC - Formação Inicial e Continuada, a serem confeccionados de acordo com os modelos e especificações adequadas às necessidades da Rede FAETEC.

LIMITE ACOLHIMENTO DAS PROPOSTAS: 18/09/2018, às 14h.
DATA DE ABERTURA E REALIZAÇÃO: 18/09/2018, às 15h.

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº E-26/005/100579/2018.

O Edital e seus Anexos estarão à disposição dos interessados, cadastrados no sistema eletrônico www.compras.rj.gov.br e no site da FAETEC www.faecet.rj.gov.br, onde poderão obter todas as informações sobre a Licitação. Maiores informações poderão ser solicitadas através do e-mail pregao@faecet.rj.gov.br ou pelo telefone (021) 2332-4108.

Id: 2128781

Secretaria de Estado do Ambiente

ADMINISTRAÇÃO VINCULADA

COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS

EXTRATO DE INSTRUMENTO CONTRATUAL

INSTRUMENTO: Contrato CEDA nº 113/2018 (DF). PARTES: COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS - CEEA - e a PRIORI SERVIÇOS E SOLUÇÕES, CONTABILIDADE E REL. OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE AUDITORIA INDEPENDENTE PARA ELABORAÇÃO DE RELATÓRIO SOBRE PROJETO FINANCIADO COM RECURSOS DO BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO - BID. PRAZO: 03 (três) meses. VALOR: R\$ 52.000,00 (cinquenta e dois mil reais). DATA DE ASSINATURA: 28/08/2018. FUNDAMENTO: Processo nº E-07/001.255/2017 (Pregão Eletrônico nº 339/2017). A Ordem de Serviço "E" nº 14.935/2017, designando a Comissão de Licitação e o Gerente do referido contrato, foi publicada no D.O. de 02/07/2018, página 15, 2ª coluna.

Id: 2130425

INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

*INSTRUMENTO: TERMO ADITIVO Nº 31/2018 - SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 02/2016-SEA, assinado em 20/04/2016. PARTES: SECRETARIA DE ESTADO DO AMBIENTE - INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE - HECIO GOMES ENGENHARIA LTDA. OBJETO: TRANSPARÊNCIA DE TITULARIDADE DO CONTRATO E PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE EXECUÇÃO EM 10 (DEZ) MESES PASSANDO DE 21/07/2016 PARA 21/05/2019 E PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE VIGÊNCIA EM 12 (DOZE) MESES PASSANDO DE 21/07/2018 PARA 21/07/2019. DATA DA ASSINATURA: 09/08/2018. FUNDAMENTO: Processo nº E-07/001.773/2013, conforme autorização exarada no mesmo. *Omitido no D.O. de 28/08/2018.

Id: 2130269

INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE

EDITAIS

O INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE - INEA, nos termos do art. 14, § 4º, da Lei Estadual nº 3.467, de 14/09/2000, e tendo em vista a notificação SUPSULEAI/01084431, fica V.Sa. notificado a apresentar ao INEA, com prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis a contar da data de publicação em Diário Oficial. O não cumprimento desta notificação sujeitará o infrator às sanções previstas na Lei Estadual nº 3467/2000. Processo nº E-07/002.5051/2012.

CONVOCA:

NOME OU RAZÃO SOCIAL: Construtora Queiroz Galvão S/A, CNPJ/CPF nº 33.412.792/0001-60. ENDEREÇO: Rodovia BR-101, Km 30, 5 Fazenca Nova Galvã - Conselheiro Josino - Campos dos Goytacazes.

O convocado ou seu representante legal deverá comparecer no INEA, no prazo de 20 dias para tomar ciência do processo, à Av. José Alves de Azevedo, 483, Pq. Rosário - Campos dos Goytacazes - RJ. O processo terá continuidade independente do comparecimento do convocado.

O INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE - INEA, nos termos do art. 14, § 4º, da Lei Estadual nº 3.467, de 14/09/2000, e tendo em vista o Auto de Infrção nº SUPSULEAI/01050676 emitido com a sanção de Advertência, em 30/07/2018, com enquadramento no artigo 92, da mesma Lei, Processo nº E-07/002.5051/2013.

CONVOCA:

NOME OU RAZÃO SOCIAL: Prefeitura Municipal de Aperibé CNPJ/CPF nº 36.288.900/0001-23. ENDEREÇO: RJ 116 - Ipebela - Aperibé.

O convocado ou seu representante legal deverá comparecer no INEA, no prazo de 20 dias para tomar ciência do processo, à Av. José Alves de Azevedo, 483, Pq. Rosário - Campos dos Goytacazes - RJ. O processo terá continuidade independente do comparecimento do convocado.

O INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE - INEA, nos termos do art. 14, § 4º, da Lei Estadual nº 3.467, de 14/09/2000, e tendo em vista o Auto de Infrção nº SUPSULEAI/01050676 emitido com a sanção de Advertência, em 22/08/2018, com enquadramento no artigo 92, da mesma Lei, Processo nº E-07/002.1892/2014.

CONVOCA:

NOME OU RAZÃO SOCIAL: Prefeitura Municipal de São José de Ubatã CNPJ/CPF nº 01.614.414/0001-73. ENDEREÇO: Ruas Jacas Neto, Brasil Azevedo Cruz, Sebastião Vlei - Morro do Pião - São José de Ubatã.

O convocado ou seu representante legal deverá comparecer no INEA, no prazo de 20 dias para tomar ciência do processo, à Av. José Alves de Azevedo, 483, Pq. Rosário - Campos dos Goytacazes - RJ. O processo terá continuidade independente do comparecimento do convocado.

O INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE - INEA, nos termos do art. 14, § 4º, da Lei Estadual nº 3.467, de 14/09/2000, e tendo em vista a notificação RJ-NOT-2018-000190, fica V.Sa. notificado a apresentar ao INEA, no prazo de 60 (sessenta) dias a contar da data de publicação em Diário Oficial os documentos em anexo relacionados. O não cumprimento desta notificação sujeitará o infrator às sanções previstas na Lei Estadual nº 3467/2000.

CONVOCA:

NOME OU RAZÃO SOCIAL: Associação de Boa Vista União da Conquista dos Trabalhadores Rurais do Município de Santa Maria Madalena CNPJ/CPF nº 04.373.552/0001-48. ENDEREÇO: Logradouro: Rua Coronel Castro, nº 93, Bairro Porto - Conceição de Macabá.

O convocado ou seu representante legal deverá comparecer no INEA, no prazo de 20 dias para tomar ciência do processo, à Av. José Alves de Azevedo, 483, Pq. Rosário - Campos dos Goytacazes - RJ. O processo terá continuidade independente do comparecimento do convocado.

Id: 2130220

INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE

AUTO DE INFRAÇÃO Nº SUPSULEAI/00149171

NOME: Valmir Rodrigues Simões, CNPJ/CPF nº 063.543.437-72. ENDEREÇO: Estrada Cantagalo S/N - Canvão - Campos dos Goytacazes. INFRAÇÃO: Artigo 60 da Lei Estadual nº 3.467/00. PENALIDADE: Advertência. PROCESSO Nº E-07/002.6499/2013.

Id: 2130288

INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE

COMISSÃO DE PREGÃO ELETRÔNICO

AVISO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 020/2018

A PREGOEIRA E A EQUIPE DE APOIO DO INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE-INEA comunica aos interessados que o Edital nº 020/2018 sofreu ratificação.

On de 16: NÚMERO DA LICITAÇÃO NO PORTAL 21388

Leia-se: NÚMERO DA LICITAÇÃO NO PORTAL: 22031

Id: 2130291

Secretaria de Estado de

Agricultura, Pecuária, Pesca e Abastecimento

COMISSÃO DE PREGÃO ELETRÔNICO

AVISO

A COMISSÃO DE PREGÃO ELETRÔNICO DA SECRETARIA DE ESTADO DE AGRICULTURA, PECUÁRIA, PESCA E ABASTECIMENTO torna pública que será realizada a licitação, na modalidade de Pregão Eletrônico, abaixo especificada: MODALIDADE: Pregão Eletrônico nº 001/2018. TIPO: Menor Preço Global por Lote. DATA: 14 de setembro de 2018, às 10:00 horas. OBJETO: Prestação dos Serviços de Adequação, incluindo a Plataforma de Dados e o Programa Estradas da Produção. RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS: Programa de Trabalho 1301.2002000371.625 - Código de Despesa: 4490.39.08 - Fonte: 111 - BIRO. PROCESSO Nº E-02/001/394/2018.

A documentação completa estará à disposição dos interessados a partir de 30/09/2018, no site www.compras.rj.gov.br (SIGA). *Omitido no D.O. de 03.09.2018.

Id: 2130029

Secretaria de Estado de Cultura

ADMINISTRAÇÃO VINCULADA

SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA

FUNDAÇÃO TEATRO MUNICIPAL DO RIO DE JANEIRO

EXTRATO DE TERMO

INSTRUMENTO: Termo de Permissão de uso. PARTES: FTM/RJ e a EMPRESA STUDIO 3 ESPAÇO DE DANÇA S/S LTDA. OBJETO: O presente Termo de Permissão de Uso, em caráter eminentemente precário, tem por objeto o Teatro Municipal do Rio de Janeiro, sendo destinado exclusivamente para o seguinte EVENTO: STUDIO 3 ESPAÇO DE DANÇA "ORQUESTRA", no dia 12 de setembro de 2018. DATA DA ASSINATURA: 24.08.2018. CLÁUSULA QUARTA: DA REMUNERAÇÃO Como contraprestação pela permissão de uso objeto deste termo, a PERMISSOINÁRIA pagará à FTM/RJ, por ocasião do ACERTO DE CONTAS, disciplinado na cláusula sexta, o percentual de 25% (vinte e cinco por cento) sobre a renda bruta obtida com a venda dos ingressos, com um mínimo garantido de R\$ 35.000,00 (trinta e cinco mil reais) por dia de apresentação, prevalecendo, em qualquer hipótese, o maior valor. FUNDAMENTO: Lei Federal nº 8.666/93, de 21.06.93 e Lei Complementar Estadual nº 3/77. AUTORIZAÇÃO: Processo nº E-18/005/100006/2018.

Id: 2130085



Ouvidoria:
0800 285 9796
De 2ª a 6ª feira, das 7h às 19h
ouvidoria@agetransp.rj.gov.br
www.agetransp.rj.gov.br

AGETRANS

www.agetransp.rj.gov.br